JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.07.15 06:24:52 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 15, 16 e 17 de julho de 2023 • Nº 1602 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

IBGE

Vendas no comércio caem 1% em maio

O volume de vendas do comércio varejista apresentou queda de 1% em maio deste ano, na comparação com abril. Esse é o segundo recuo consecutivo do indicador, que já havia caído 0,1% em abril. A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) foi divulgada nesta sexta-feira, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também houve retração de 1% na comparação com maio do ano passado. Ao mesmo tempo, o setor acumula altas de 1,3% no ano e de 0,8% em 12 meses. A queda de abril para maio foi puxada por quatro das oito atividades pesquisadas: tecidos, vestuário e calçados (-3,3%), hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-3,2%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (-2,3%) e móveis e eletrodomésticos (-0,7%). PÁGINA 2

Cardeal Tempesta

A semente caiu em terra boa e deu fruto

PÁGINA 3

FAZENDA

Regulamentação da reforma tributária vai ficar para 2024

WILSON DIAS/ABRASIL

A regulamentação da primeira fase da reforma tributária, que simplifica os impostos sobre o consumo, ficará para 2024, disse nesta sexta-feira o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy (**foto**). Em evento virtual para um banco, ele adiantou que, a princípio, estão previstos quatro projetos de lei complementar. Segundo Appy, o primeiro projeto detalhará as regras do futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual. O segundo criará e regulamentará o Conselho Federativo. O terceiro tratará do Fundo de Desenvolvimento Regional, e o último trará regras para os créditos acumulados de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que desaparecerá para dar lugar ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). PÁGINA 2

Desenrola vai deixar 1,5 milhão de brasileiros com nome limpo

O Desenrola Brasil entrará em operação nesta segunda-feira, quando 1,5 milhão de brasileiros que devem até R$ 100 vão sair da lista de negativados e cidadãos com renda de até R$ 20 mil poderão renegociar suas dívidas diretamente com instituições financeiras. O pontapé inicial do programa foi dado com a publicação de uma portaria no Diário Oficial da União desta sexta-feira. "Nós apresentamos agora para o presidente Lula o início da operação. PÁGINA 2

MINISTÉRIO

Lula oficializa demissão de Daniela do Turismo

O presidente Lula (PT) oficializou em sessão extra do Diário Oficial desta sexta-feira a exoneração de Daniela Carneiro do Ministério do Turismo e a nomeação do deputado Celso Sabino (União Brasil-PA) para comandar a pasta. Esta é a segunda troca no primeiro escalão de Lula em seu terceiro mandato. A mudança faz parte da estratégia do mandatário para melhorar sua relação com a União Brasil e garantir os votos do partido na Câmara dos Deputados. A novela da troca no Turismo já dura mais de um mês e chegou até mesmo a ameaçar a votação da Reforma Tributária na Câmara, quando se esperava a saída de Daniela, mas o governo optou por mantê-la temporariamente enquanto negociava as condições das mudanças. Sabino divulgou um vídeo na quinta-feira para agradecer o convite de Lula. Nesta sexta, ele esteve no Palácio do Planalto para reunião com o ministro da Casa Civil, Rui Costa. PÁGINA 3

EXPLORAÇÃO SEXUAL

REPRODUÇÃO

Justiça condena Saul Klein a pagar R$ 30 mi em ação

Saul Klein (**foto**), filho do fundador das Casas Bahia, foi condenado pela Justiça do Trabalho a pagar indenização de R$ 30 milhões em uma ação relacionada ao escândalo sexual que eclodiu em 2020 envolvendo o empresário. De acordo com nota do MPT (Ministério Público do Trabalho), Klein aliciava jovens de 16 a 21 anos com falsas promessas para trabalhar como modelo, mas as explorava sexualmente e as submetia a condição análoga à escravidão. "Após o aliciamento, as mulheres e as adolescentes eram inseridas em um criminoso esquema de exploração no sítio do empresário, sendo obrigadas a manter relações sexuais com o réu durante dias, sob forte violência psicológica e vigilância armada", diz o MPT em seu comunicado. PÁGINA 3

CIS

RJ inaugura maior centro de inteligência em saúde

PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: -1,3% / 117.710,54 / -1.553,35 / Volume: R$ 21.595.734.775 / Negócios: 3.314.379

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
MELIUZ ON NM	8.030	+13.26	+0.940
SUZANO S.A. ON NM	44.55	+0.41	+0.18
ENERGISA UNT N2	50.00	–0.20	–0.10
ULTRAPAR ON NM	19.74	–0.25	–0.05
TAESA UNT N2	36.17	–0.14	–0.05

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
BRF SA ON NM	8.90	–6.71	–0.64
AZUL PN N2	16.97	–6.29	–1.14
GOL PN N2	9.93	–5.88	–0.62
EZTEC ON NM	19.34	–4.59	–0.93
HAPVIDA ON NM	4.13	–3.95	–0.17

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	68.61	0.00	0.00
PETROBRAS PN N2	29.05	–1.96	–0.58
ITAUUNIBANCOPN N1	28.28	–1.05	–0.30
BRASIL ON NM	47.69	–0.67	–0.32
PETRORIO ON NM	41.52	–3.19	–1.37

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.509,03	+0,33
NASDAQ Composite	14.113,703	-0,18
Euro STOXX 50	4.402,23	+0,18
CAC 40	7.374,54	+0,06
FTSE 100	7.434,57	-0,08
DAX 30	16.105,07	-0,22

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (21/06)	13,75%
Poupança 3 (16/7)	0,66%
TR (prefixada) (07/2023)	0,1581%
IGP-M	-1,93% (jun.)
IPCA 5	-0,09% (jun.)
CDI 0,51	até o dia 15/jul.
OURO BM&F/grama	R$ 302,00
EURO Comercial	Compra: 5,3822 Venda: 5,3828
EURO turismo	Compra: 5,4370 Venda: 5,6170
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,7951 Venda: 4,7957
DÓLAR comercial	Compra: 4,7944 Venda: 4,7950
DÓLAR turismo	Compra: 4,8058 Venda: 4,9858

MERCADOS

Bolsa cai após dados fracos de vendas do varejo no Brasil

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) caiu 1,3% nesta sexta-feira após a divulgação de dados sobre o setor de varejo brasileiro, em maio, que frustraram as expectativas do mercado ao apontarem quedas nas vendas. Na semana, o Ibovespa (Índice Bovespa) acumula leve queda de 0,1%, fechando aos 117.710 pontos.

Já o dólar firmou alta no dia após ter registrado quedas nos últimos três pregões, o que tende a gerar movimentos de correção. A divisa americana fechou a sessão desta sexta cotada a R$ 4,795, com leve alta de 0,1%.

Na semana, porém, o dólar acumula queda de 1,45% ante o real e registrou seu pior desempenho em oito meses em relação a outras moedas fortes.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou nesta sexta que o volume de vendas no varejo teve queda de 1% em maio na comparação com o mês anterior, e caiu também 1% em relação ao mesmo período de 2022, marcando a primeira taxa interanual negativa após nove meses de altas.

A divulgação dos números impactou o Ibovespa, que chegou a registrar alta pela manhã, mas firmou queda após os dados de serviço. O índice Icon, que reúne o setor de consumo e varejo da Bolsa brasileira, teve queda de 2,02% no dia.

O Ibovespa sofreu pressão, ainda, de fortes quedas em ações da Petrobras (2,02%) e da PetroRio (3%), que ficaram entre as mais negociadas da sessão, em dia de queda do petróleo no exterior. Baixas de Itaú (1,15%) e Banco do Brasil (0,85%) também impactaram o desempenho da Bolsa.

O pior desempenho do pregão, porém, ficou com a BRF, que caiu 7,89% após ter precificado em R$ 9 por papel sua nova oferta de ações para concretizar o investimento da Salic e da Marfrig na companhia.

Já a Méliuz disparou 13,24% e liderou os ganhos do dia, após suas ações terem fechado na mínima histórica no pregão de quinta-feira passada. A empresa foi apoiada por um reforço de recomendação de compra dos papéis feito pelo BTG Pactual.

Nos mercados futuros, os juros registraram alta, especialmente os de curvas mais longas. Os contratos com vencimento para 2024 subiram de 12,83% para 12,86%, enquanto os para 2025 foram de 10,84% para 10,92%.

IBGE

Comércio varejista tem queda de 1% em maio

VITOR ABDALA/ABRASIL

O volume de vendas do comércio varejista apresentou queda de 1% em maio deste ano, na comparação com abril. Esse é o segundo recuo consecutivo do indicador, que já havia caído 0,1% em abril. A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) foi divulgada nesta sexta-feira, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Também houve retração de 1% na comparação com maio do ano passado. Ao mesmo tempo, o setor acumula altas de 1,3% no ano e de 0,8% em 12 meses.

A queda de abril para maio foi puxada por quatro das oito atividades pesquisadas: tecidos, vestuário e calçados (-3,3%), hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-3,2%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (-2,3%) e móveis e eletrodomésticos (-0,7%).

No entanto, quatro atividades tiveram crescimento: artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (2,3%), livros, jornais, revistas e papelaria (1,7%), combustíveis e lubrificantes (1,4%) e equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (1,1%).

A receita nominal apresentou queda de 2,1% de abril para maio, mas teve altas de 0,3% na comparação com maio de 2022, 5,5% no acumulado do ano e de 9,6% no acumulado de 12 meses.

VAREJO AMPLIADO

O varejo ampliado, que também analisa os setores de materiais de construção e venda de veículos e peças, teve recuo de 1,1% de abril para maio. O setor de veículos, motos, partes e peças cresceu 2,1%, mas os materiais de construção recuaram 0,9%.

O segmento teve altas de 3% na comparação com maio, de 3,1% no acumulado do ano e de 0,2% no acumulado de 12 meses. Já a receita nominal caiu 0,6% na comparação com abril e cresceu 5,7% na comparação com maio de 2022, 8,3% no acumulado do ano e 9,4% no acumulado de 12 meses.

CRÉDITO

Segundo o gerente da pesquisa, Cristiano Santos, uma das explicações possíveis para a queda do volume de vendas do varejo de abril para maio é a redução do crédito para as famílias. "Algo que tem inibido bastante o consumo é o fato de o crédito para pessoa física continuar caindo. Esse é o principal componente que influencia esse resultado negativo".

Ele explica que a principal queda - registrada pelo setor de alimentos e bebidas - pode ter relação tanto com o crédito quanto com a questão da disponibilidade de renda para a compra desses itens.

"Tem a visão da escolha. Se você precisa dar um presente (como o de Dia das Mães) ou coisa assim, diminui sua receita para você comprar outras coisas", argumenta.

Além disso, a queda da atividade veio depois de uma alta de 3,6% em abril, o que aumenta a base de comparação para as vendas do mês seguinte.

Em relação às quedas nas vendas dos setores de vestuário e de outros artigos de uso pessoal, que poderiam ter sido impulsionadas pelo Dia da Mães, também além do crédito, há o fechamento de lojas físicas, que podem ter impactado o comércio. "Nesses setores, há o componente de experimentar o produto [nas lojas físicas], que sempre foi fundamental", finaliza.

DÍVIDAS

Desenrola deve deixar 1,5 milhão de brasileiros com nome limpo

O Desenrola Brasil entrará em operação nesta segunda-feira, quando 1,5 milhão de brasileiros que devem até R$ 100 vão sair da lista de negativados e cidadãos com renda de até R$ 20 mil poderão renegociar suas dívidas diretamente com instituições financeiras.

O pontapé inicial do programa foi dado com a publicação de uma portaria no Diário Oficial da União desta sexta-feira.

"Nós apresentamos agora para o presidente Lula o início da operação. Lembrando que são dívidas negativadas até 31 de dezembro de 2022. Portanto, é o rescaldo de todos os problemas que o Brasil enfrentou até aquela data", afirmou o ministro Fernando Haddad, após se reunir com o mandatário na manhã desta sexta.

Os cinco maiores bancos do país –Bradesco, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Caixa Econômica e Santander– já anunciaram que vão aderir ao Desenrola.

Poderão ser renegociadas dívidas inscritas até 31 de dezembro de 2022, e o devedor terá o prazo mínimo de 12 meses para quitar os débitos. Para não incentivar a inadimplência, o Ministério da Fazenda escolheu uma data de corte anterior ao anúncio do plano.

Segundo o secretário de Reformas Econômicas da pasta, Marcos Barbosa Pinto, a etapa inicial do programa tem dois efeitos diretos na economia.

"Primeiro, todas as pessoas, ao renegociar suas dívidas, saem dos cadastros de inadimplência e podem voltar a ter crédito. Do outro lado, os bancos, independentemente da primeira medida, têm R$ 50 bilhões a mais para emprestar para a população", afirma.

As instituições financeiras que negociarem dívidas bancárias no Desenrola terão direito a um crédito presumido que, na prática, melhora a posição de capital do banco e abre espaço para impulsionar novos financiamentos. O governo estima que cerca de R$ 50 bilhões poderão ser negociados nesse contexto, beneficiando em torno de 30 milhões de pessoas.

FAZENDA

Regulamentação da reforma tributária vai ficar para 2024

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A regulamentação da primeira fase da reforma tributária, que simplifica os impostos sobre o consumo, ficará para 2024, disse nesta sexta-feira o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Em evento virtual para um banco, ele adiantou que, a princípio, estão previstos quatro projetos de lei complementar.

Segundo Appy, o primeiro projeto detalhará as regras do futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual. O segundo criará e regulamentará o Conselho Federativo. O terceiro tratará do Fundo de Desenvolvimento Regional, e o último trará regras para os créditos acumulados de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que desaparecerá para dar lugar ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

"Em princípio, são essas quatro leis complementares. Não temos uma data definida, mas estamos trabalhando com a ideia de mandar ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa do ano que vem, no começo de fevereiro de 2024", declarou o secretário.

Appy disse que o governo quer construir os projetos em parceria com os estados e os municípios e que os governos locais terão alguns espaços de autonomia, como no caso da alíquota do IBS, tributo de responsabilidade dos governos estaduais e das prefeituras.

De acordo com o secretário, os governos locais poderão estabelecer as alíquotas do IBS, mais altas ou mais baixas, por lei complementar. No entanto, se nada for feito, prevalecerá a alíquota de referência definida nacionalmente. "Se não fizerem nada, vale a de referência", disse.

Em relação ao Conselho Federativo, Appy explicou que o órgão, que definirá as políticas fiscais e tributárias dos governos locais por maioria de votos e por maioria de população nos estados e nos municípios, será um órgão técnico, sem poder político. O secretário também informou que a lei complementar terá uma fórmula de distribuição para repartir os recursos do IBS aos governos locais.

Sobre os créditos acumulados de ICMS, um dos passivos que a reforma tributária terá de resolver, Appy disse que o pagamento pelos estados às empresas com direito a recebê-los estará garantido por 240 meses (20 anos). Por meio dos créditos tributários, uma empresa pode obter descontos no pagamento de tributos ou serem reembolsadas por causa de tributos cobrados a mais ao longo da cadeia produtiva.

Não podemos ter um Desenrola por ano, diz Tebet, em defesa de juros mais baixos

O Desenrola Brasil, programa do governo federal para derrubar o endividamento, não pode ser realizado todo ano, disse nesta sexta-feira a ministra Simone Tebet, do Planejamento, em crítica ao atual patamar dos juros, em 13,75%.

"Não adianta fazermos o Desenrola e aliviarmos a vida das pessoas, e a maioria absoluta das famílias brasileiras está endividada, apresentar um programa eficiente, com os juros de 13,75%", afirmou a ministra, antes da plenária final de discussões do PPA (Plano Plurianual).

O programa para renegociação de dívidas começa nesta segunda-feira, com 1,5 milhão de brasileiros com dívidas de até R$ 100 deixando a lista de negativados.

Tebet defendeu o programa como uma etapa anterior à possibilidade de o governo criar algum tipo de incentivo para a linha branca, que inclui eletrodomésticos como refrigeradores, condicionadores de ar e lavadoras.

Há alguns dias, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu que seu governo encontre um meio de baratear a compra desses produtos.

Simone Tebet afirmou que ainda não foi chamada formalmente para discutir o programa. Se for, deverá avaliar que tipo de impacto a política teria sobre a população e se há espaço no orçamento para incluir algum tipo de incentivo. Ela ressaltou, porém, que antes precisa ser convocada pelos ministros Fernando Haddad, da Economia, e Geraldo Alckmin, vice-presidente e titular da pasta do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

PASSAGENS A R$ 200

Programa Voa Brasil começará por aposentados

O programa Voa Brasil, de venda de passagens aéreas por até R$ 200, começará por aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), segundo o ministério dos Portos e Aeroportos. O sistema de descontos deve começar a valer em agosto.

Em entrevista à Folha de S.Paulo, o ministro Márcio França afirmou que o governo também negocia com aeroportos a criação de um sistema de cashback para as taxas de embarque com o objetivo de incentivar participantes do novo programa. Taxas como as de pouso e de conexão não entrariam nessa modalidade em que é feita a devolução do valor pago em forma de créditos.

"Apesar de não podermos forçar os aeroportos a fornecerem esse tipo de incentivo para os passageiros, estamos ressaltando que esse dinheiro da taxa (de embarque) hoje não entra nem no aeroporto", diz o ministro.

Cada passageiro poderá comprar no máximo quatro bilhetes pelo valor de até R$ 200. Para acompanhar essa cota máxima de utilização, haverá um sistema de verificação por CPF.

As três principais companhias aéreas brasileiras -Latam, Gol e Azul- já aceitaram participar do programa de descontos de passagens, segundo França.

O ministro também explicou que o Voa Brasil será implementado em etapas, para garantir que os aeroportos possam adequar-se ao novo volume de passageiros. Quando estiver funcionando totalmente, o único requisito para ter acesso será que o usuário não tenha voado pelo programa nos últimos 12 meses.

A projeção é que 1,5 milhão de passagens sejam ofertadas por mês quando o Voa Brasil começar incluir todas as pessoas que atendam os requisitos para usufruir do programa.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 3923-5158 96865-1628

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial
Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo
São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899
Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

EXPLORAÇÃO SEXUAL

Saul Klein é condenado a pagar R$ 30 mi em ação

Saul Klein, filho do fundador das Casas Bahia, foi condenado pela Justiça do Trabalho a pagar indenização de R$ 30 milhões em uma ação relacionada ao escândalo sexual que eclodiu em 2020 envolvendo o empresário.

De acordo com nota do MPT (Ministério Público do Trabalho), Klein aliciava jovens de 16 a 21 anos com falsas promessas para trabalhar como modelo, mas as explorava sexualmente e as submetia a condição análoga à escravidão.

"Após o aliciamento, as mulheres e as adolescentes eram inseridas em um criminoso esquema de exploração no sítio do empresário, sendo obrigadas a manter relações sexuais com o réu durante dias, sob forte violência psicológica e vigilância armada", diz o MPT em seu comunicado.

A defesa de Klein diz que vai recorrer da decisão, afirma que o MPT cometeu ato ilícito ao divulgar informações sobre processo que tramita em segredo de Justiça e questiona as afirmações sobre tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

"Saul Klein não foi condenado pelo crime de tráfico de pessoas, tampouco por nenhum outro crime, sendo absolutamente inverídica a afirmação nesse sentido feita pelo Ministério Público do Trabalho em seu portal na internet", diz nota enviada pela assessoria do empresário.

A defesa destaca ainda que as acusações contra Klein estão em fase de inquérito policial e que, portanto, ele nem se tornou réu em ação penal sobre o caso.

Na decisão, a Justiça afirmou que, para fins trabalhistas, ficou comprovado que Klein mantinha diversas mulheres em condição análoga à de escrava, contratadas para trabalhos sexuais.

A indenização de R$ 30 milhões representa a maior condenação por dano moral coletivo por tráfico de pessoas no Brasil e da segunda maior pela prática de trabalho escravo. Na ação civil pública ajuizada em outubro do ano passado na 4ª Vara do Trabalho de Barueri, o MPT tinha pedido indenização de R$ 80 milhões.

O valor deve ser revertido para três instituições sem fins lucrativos.

Também foi determinada a expedição de ofícios para o Conselho Regional de Medicina de São Paulo e para o Ministério Público estadual para que se apure a atuação de médicos no caso.

Ainda conforme o MPT, as vítimas foram contaminadas por doenças sexualmente transmissíveis e atendidas por ginecologista nos eventos. A apuração visa descobrir se os médicos que realizaram os atendimentos às vítimas no sítio de Klein cometeram infração ética ou legal e se houve infração à legislação de saúde pública.

Procurado pela reportagem, o conselho de medicina diz estar à disposição para contribuir com a apuração de eventuais infrações éticas.

"Para prosseguirmos no processo apuratório, há a necessidade de que as supostas vítimas participem como polo ativo na apuração dos fatos, algo que não ocorreu em relação ao procedimento apuratório que estava em andamento", diz o CRM.

MINISTÉRIO

Lula oficializa demissão de Daniela e nomeação de Sabino no Turismo

O presidente Lula (PT) oficializou em sessão extra do Diário Oficial desta sexta-feira a exoneração de Daniela Carneiro do Ministério do Turismo e a nomeação do deputado Celso Sabino (União Brasil-PA) para comandar a pasta.

Esta é a segunda troca no primeiro escalão de Lula em seu terceiro mandato. A mudança faz parte da estratégia do mandatário para melhorar sua relação com a União Brasil e garantir os votos do partido na Câmara dos Deputados.

A novela da troca no Turismo já dura mais de um mês e chegou até mesmo a ameaçar a votação da Reforma Tributária na Câmara, quando se esperava a saída de Daniela, mas o governo optou por mantê-la temporariamente enquanto negociava as condições das mudanças.

Sabino divulgou um vídeo na quinta-feira para agradecer o convite de Lula. Nesta sexta, ele esteve no Palácio do Planalto para reunião com o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

"Celso Sabino afirmou que está disposto a colaborar com o governo e com muita vontade de trabalhar", diz a nota da Casa Civil.

EDUCAÇÃO

Criar escola cívico-militar não é obrigação do MEC, diz Lula

Um dia após o governo anunciar o fim do programa de fomento a escolas cívico-militares, o presidente Lula (PT) afirmou nesta sexta-feira que o papel do MEC (Ministério da Educação) é investir em colégios civis.

"Ainda ontem o Camilo Santana (ministro da Educação) anunciou o fim do ensino cívico-militar, porque não é a obrigação do MEC cuidar disso. Se cada estado quiser continuar pagando, que continue, mas o MEC tem que garantir educação civil igual para todo e qualquer filho de brasileira ou brasileiro", afirmou.

Após o anúncio do governo, diversos estados afirmaram que manterão o incentivo aos colégios militares, como São Paulo e Paraná. A decisão do ministério afeta, na prática, menos de 15% das mais de 800 escolas públicas que seguem esse modelo no país.

Lula, porém, optou por extinguir o programa, que foi uma das bandeiras do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na educação.

O MEC encaminhou esta semana um ofício para as secretarias de educação para elas iniciarem transição desse modelo e retirar militares das escolas.

Não há previsão de fechamento de unidades. O que vai ocorrer é o fim desse modelo com fomento federal. Redes de ensino nos estados podem manter o formato com recursos próprios, se assim desejarem —exatamente o que São Paulo, Paraná e Distrito federal fizeram.

O documento do MEC distribuído desde segunda-feira passada fala que o "progressivo encerramento do programa" foi decidido após avaliação da medida. A ideia é que o programa acabe no fim do ano letivo, com a retirada do pessoal das Forças Armadas que atuam nas escolas.

No início do ano, o governo extinguiu uma subsecretaria que fora criada na gestão Bolsonaro para cuidar do tema. O ministro Camilo Santana já havia sinalizado que não apoiaria a medida, mas ainda faltava a definição sobre como ficariam as escolas já no modelo.

Nele, militares da reserva, bem como policiais militares e bombeiros, atuam na administração da escola. Diferentemente das escolas puramente militares, totalmente geridas pelo Exército, nesse desenho as secretarias de Educação continuam responsáveis pelo currículo escolar, mas estudantes precisam usar fardas e seguir regras definidas por militares.

O PT é majoritariamente contra o modelo. Mas há também no partido e nas legendas que apoiam o governo quem o defenda.

MAIS MÉDICOS

Novos editais têm vagas para atuação em presídios e consultórios de rua

O Ministério da Saúde abriu novos editais para que municípios possam aderir ao programa Mais Médicos caso tenham interesse que os profissionais atuem nas equipes de consultório de rua e em presídios.

Serão 111 vagas para aqueles que queiram atuar nos consultórios na rua, iniciativa que assegura atendimento médico para população em situação de rua.

Outras 145 são direcionadas para atuação no sistema de saúde prisional.

Também há um edital com 59 vagas para atendimento em territórios indígenas.

O objetivo é repor as que não foram preenchidas pela gestão passada e garantir o acesso à saúde para essa população.

Segundo o secretário de Atenção Primária à Saúde, Nesio Fernandes, para essas novas vagas será adotado um modelo de coparticipação, em que o Ministério da Saúde oferta a vaga e o município paga a bolsa do profissional.

"Estamos abrindo vaga para os municípios solicitarem vagas para a formação de médicos para a equipe de saúde da rua, para a equipe de saúde prisional na modalidade de coparticipação", explicou.

Esse modelo de coparticipação já foi adotado pela pasta e deve garantir neste ano ao menos 10 mil vagas. Participaram do edital 2.683 cidades que solicitaram 15.838 vagas que serão analisadas de acordo com os critérios já definidos.

O cronograma com todas as etapas e os possíveis municípios de atuação serão divulgados nas próximas semanas.

Logo no início desta gestão, em fevereiro, o ministério retomou editais que estavam paralisados pela gestão passada, causando desassistência para regiões de maior vulnerabilidade, principalmente nos territórios indígenas.

Das 804 novas vagas, 152 profissionais foram direcionados para os DSEIS, sendo 14 deles para o território yanomami.

Em março, após a retomada oficial do programa, o primeiro edital foi lançado com 5.968 vagas para reposição das vagas que não foram preenchidas nos últimos anos –45% delas estão em regiões de maior vulnerabilidade.

Dessas, mil vagas foram direcionadas para a região da Amazônia Legal.

Em um modelo inédito, o Ministério da Saúde lançou um novo edital com, pelo menos, 10 mil vagas em coparticipação de municípios. Essa forma de contratação garante às prefeituras menor custo, maior agilidade na reposição do profissional e permanência nessas localidades.

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

A semente caiu em terra boa e deu fruto

(Sl 64/65)
15º Domingo do Tempo Comum

Vamos caminhando para a metade do mês de julho, por isso, mesmo no Dia de Nossa Senhora do Carmo, celebramos o 15º Domingo do Tempo Comum. Estamos chegando quase na metade desse tempo, que tem o total de 34 semanas. Somos chamados a cada domingo a ouvir o que o Senhor tem a nos falar e comungar do Seu Corpo e Sangue. Ao final de cada Santa Missa, somos enviados para anunciar a Palavra que ouvimos na Igreja para aqueles que ficaram em casa ou para aqueles que encontraremos ao longo da semana.

A liturgia de hoje gira em torno da Palavra, sobre como podemos acolher em nosso coração a semente dessa Palavra lançada e como devemos fazer com que essa semente frutifique, para que a Palavra chegue ao coração de muitas pessoas. Devemos fazer com que a semente da Palavra de Deus caia em terreno bom, para que ela dê mais frutos. Para que isso aconteça, devemos estar com o coração aberto para acolher essa Palavra e disponíveis para sair e anunciar o Evangelho.

Somos chamados a sair da celebração colhendo os frutos das sementes do Reino de Deus e espalhar esses frutos onde estivermos. Os frutos do Reino de Deus são amor, paz, justiça e fraternidade. O mundo de hoje está sedento do anúncio da Palavra de Deus e, consequentemente, sedento de paz.

Durante a celebração da Santa Missa, participamos de duas grandes mesas, a da Palavra e a da Eucaristia. A Palavra anunciada deve penetrar em nosso coração para que a exemplo dos discípulos de Emaús, o nosso coração possa arder e nossos olhos possam se abrir ao mistério da Eucaristia. Depois de nos alimentarmos dessas duas grandes mesas, estaremos aptos para anunciar o Evangelho e levar a Santa Eucaristia para aqueles que ficaram em casa.

A primeira leitura da missa desse domingo é do Livro do Profeta Isaías (*Is 55,10-11*). Nesse trecho, o profeta Isaías fala a respeito da Palavra de Deus, que uma vez lançada sobre a terra, ela não volta vazia, mas a Palavra fecunda a terra e produz os frutos. Não devemos deixar morrer a semente da Palavra, mas fazer com que ela frutifique em nosso coração, em nossa casa e em nossa família. A família deve se edificar sob o alicerce da Palavra.

O Salmo responsorial é o *64* (*65*), que diz em seu refrão: "*A semente caiu em terra boa e deu fruto*". Para que a semente dê fruto é preciso irrigá-la e adubá-la, podemos fazer isso participando da Eucaristia, exercendo a caridade para com o próximo e rezando a Deus diariamente. Se não criarmos uma intimidade com Deus, através da oração, a semente da Palavra não produzirá frutos, pois é por meio da oração que entenderemos o que a Palavra quer nos dizer.

A segunda leitura da missa desse domingo é da carta de São Paulo aos Romanos (*Rm 8, 18-23*). Paulo diz à comunidade que os sofrimentos que passamos nessa vida presente nem são comparados com a glória que viveremos no céu. Os cristãos são chamados a vivenciarem aqui na terra o Reino de Deus e tendo a esperança de viver esse Reino de maneira definitiva no céu. De fato, toda a criação aguarda ansiosamente o dia em que Cristo voltará em sua glória, julgará a cada um de acordo com a sua conduta e manifestará definitivamente o Reino de Deus. Mas enquanto isso não acontece, devemos fazer frutificar o Reino de Deus aqui na terra, para vivenciá-lo de maneira plena no céu.

O Evangelho desse domingo é de Mateus (*Mt 13, 1-23*). No Evangelho, Jesus se senta às margens do Mar da Galileia e uma grande multidão se senta ao redor d'Ele para ouvi-Lo. Semelhante ao que fazemos em toda Eucaristia, sentamo-nos ao redor da mesa da Palavra e da Eucaristia para escutar o que o Senhor tem a nos dizer. Jesus, como sempre, ensina por meio de parábolas, Ele ensinava sentado, a posição dos grandes mestres e dos sacerdotes, enquanto a multidão atenta escutava.

Jesus conta a parábola do semeador que saiu para semear. Aconteceu que, enquanto semeava, algumas sementes caíram pelo caminho, algumas dessas sementes foram comidas pelos pássaros, outras caíram em terreno pedregoso, onde não havia muita terra. Outras sementes caíram no meio dos espinhos, os espinhos cresceram e sufocaram as plantas. Porém, outras plantas caíram em terra boa e produziram frutos, à base de 100, 60 e 30 por semente. E Jesus acrescenta: quem tiver ouvidos para ouvir, ouça.

Através dessa parábola que Jesus conta, podemos comparar a figura do semeador com Deus. Ele lança a semente da Palavra em nosso coração, e temos que estar abertos para acolher essa Palavra. O nosso coração não pode ser um terreno pedregoso ou como espinheiros que vai sufocar essa Palavra. O nosso coração tem que ser terra boa, para poder acolher essa semente da Palavra e fazer com que essa semente produza frutos. A Palavra de Deus tem que ser semeada em nosso coração, e temos que multiplicar essas sementes e fazer com que as sementes produzam frutos. Produziremos frutos a partir do momento em que acolhemos essa Palavra e, depois, sairmos para anunciá-la para aqueles que ficaram em nossa casa, no trabalho, no bairro ou na escola.

Celebremos com alegria esse 15º Domingo do Tempo Comum e acolhamos com alegria a Palavra do Senhor. A Palavra de Deus não pode entrar por um ouvido e sair pelo outro, mas ela tem que ser acolhida e fecundada em nosso coração, para que possamos anunciar essa Palavra aos irmãos. Que a partir da celebração de hoje possamos entender a nossa missão.

Peçamos ao Espírito Santo o dom do entendimento e da sabedoria e que Ele nos explique todas as palavras. Amém.

INVERNO: Sol com nevoeiro ao amanhecer. Nuvens aumentam à tarde. Manhã Tarde Noite 26º 14º 5% 06:32 17:23

Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.
CNPJ/MF nº 15.103.714/0001-00 – NIRE 33.300.321.446
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/07/2023
1. Data, Hora e Local: No dia 11/07/2023, na sede social da Sociedade, no Estado e cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andar, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, às 14:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Srta. Stephanie de Barros Brigido, Secretária. **4. Ordem do Dia:** (i) Deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; e (ii) outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade: **5.1.** Aprovar a redução de capital social em **R$ 15.093.843,86** da Companhia, passando, portanto, **de** R$ 93.724.970,03 **para** R$ 78.631.125,05. **5.1.1.** Consignar que do valor total de redução de capital: (i) **R$ 3.793.843,86**, serão destinados para absorção dos prejuízos, no montante supracitado; (ii) **R$ 11.300.000,00** serão destinados ao pagamento dos acionistas, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia. **5.1.2.** Registrar que o valor da redução aprovada será distribuído, em dinheiro, aos acionistas, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Acionistas	Qtde de ações	%	Valor (em R$)
Geração Bioeletricidade Holding S.A.	118.471.897	99,9999992%	11.299.999,91
Tangará Energia S.A.	1	0,0000008%	0,09
Total	118.471.898	100	11.300.000,00

5.1.3. Registrar que o acionista Tangará Energia S.A. manifestou sua renúncia à parcela que lhe cabe em favor da acionista Geração Bioeletricidade Holding S.A. **5.2.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo. 5º.** O capital social da sociedade é R$ 78.631.125,05, totalmente subscrito e integralizado, representado por 118.471.898 ações."* **5.3.** Lavrar esta ata em forma de sumário. **6. Encerramento e lavratura:** Nada mais a tratar foi lavrada a presente ata. **7. Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente da Mesa e Stephanie de Barros Brigido – Secretária. Acionista: Tangará Energia S.A. e Santo Ivo Energética S.A. Rio de Janeiro, 11/07/2023. **Stephanie de Barros Brigido** – Secretária Designada.

CBM PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 34.157.391/0001-74 - NIRE 33.3.0034652-0
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29/06/2023
1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 29/06/2023, às 11h, de forma remota e digital através da plataforma eletrônica de reuniões "*Microsoft Teams*", conforme permitido pelo art. 124, §2º-A da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A."), considerando-se realizada, para todos os fins legais na sede social da CBM Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do RJ, RJ, na Av. Rio Branco, 1, sala 807, Centro, CEP 20.090-907. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das S.A., em virtude da presença de acionistas titulares de ações representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Carlos Alberto Caputo, Secretário: Sr. Daniel Barreto Gelbecke. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Por unanimidade de votos foram tomadas as seguintes deliberações: 4.1. Aprovar nova capitalização da Companhia mediante subscrição particular, no valor total de R$ 7.901.865,57, com a emissão de 1.583.070 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R$ 5.637.841,73 destinados ao capital social e R$ 2.264.023,84 destinados à conta de reserva de capital, passando o capital social da Companhia de R$ 34.774.003,84, para R$ 40.411.845,57, dividido em 22.276.835 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações ordinárias emitidas foram totalmente subscritas na forma dos Boletins de Subscrição de Ações constantes do Anexo I a este instrumento, sendo totalmente integralizadas pelos respectivos subscritores por meio da capitalização de créditos detidos pelos subscritores contra a Companhia, correspondentes ao preço devido pela Companhia a cada subscritor em razão da compra de ações de emissão da NEWE Seguros S.A. (CNPJ/MF 26.609.195/0001-65) de titularidade dos respectivos subscritores. 4.2. Os atuais acionistas da Companhia renunciam, neste ato, de maneira irrevogável e irretratável, aos seus respectivos direitos de preferência à subscrição das novas ações de modo a permitir a subscrição de ações nas proporções previstas nos Boletins de Subscrição que integram o Anexo I a este instrumento. 4.3. Em razão das deliberações tomadas acima, o Artigo 5º passará a vigorar com a seguinte redação: "*O capital social da Companhia é de R$ 40.411.845,57, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 22.276.835 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.*" 4.4. Em decorrência das deliberações acima, consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a redação constante do Anexo II à presente ata. 4.5. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, §1º da Lei 6.404/76 e autorizar a administração da Companhia a tomar todas e quaisquer providências necessárias para a implementação das deliberações ora aprovadas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi lida e assinada por todos os acionistas presentes. A presente Assembleia Geral Extraordinária foi realizada a distância com a coleta das assinaturas por meio da plataforma *Docusign*. Os membros da Mesa e os acionistas presentes reconhecem e concordam com a assinatura através da referida plataforma, atestando sua veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia. As partes também concordam que a assinatura eletrônica desta Assembleia Geral Extraordinária não obsta ou prejudica sua exequibilidade. Esta Assembleia Geral Extraordinária produz efeitos para todas as partes a partir da data abaixo indicada, ainda que uma ou mais partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. RJ, 29/06/2023. Mesa: **Carlos Alberto Caputo e Daniel Barreto Gelbecke.** Acionistas: **Insuresilience Investment Fund Private Equity II SCA SICAV-RAIF, Por:** BlueOrchard Invest S.a.r.l., Por: Ernesto Miguel Costa Platero - Representante autorizado; Por: Felix Stefan Hermes - Representante autorizado; **Carlos Alberto Caputo; Rodrigo Motroni de Almeida; Norberto Raul Caputo; Atila Andrade Santos; Daniel Barreto Gelbecke; Daniel Iespa Garcia; Jonathan Teixeira Clemente; Karla Leite Fonseca; Regina Celia Cunha Dell´Aera; Sergio Satoshi Kumoto. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** - NIRE: 333.0034652-0, Protocolo: 00-2023/522384-0, Data do protocolo: 06/07/2023. Certifico o arquivamento em 10/07/2023 sob o número 00005569427. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

CBM PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 34.157.391/0001-74 - NIRE 33.3.0034652-0
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29/06/2023
1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 29/06/2023, às 10h, de forma remota e digital através da plataforma eletrônica de reuniões "*Microsoft Teams*", conforme permitido pelo art. 124, §2º-A da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A."), considerando-se realizada, para todos os fins legais na sede social da CBM Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do RJ, RJ, na Av. Rio Branco, 1, sala 807, Centro, CEP 20.090-907. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das S.A., em virtude da presença de acionistas titulares de ações representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Carlos Alberto Caputo; Secretário: Sr. Daniel Barreto Gelbecke. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Por unanimidade de votos foram tomadas as seguintes deliberações: 4.1. Aprovar a capitalização da Companhia mediante subscrição particular, no valor total de R$ 27.000.000,00, com a emissão de 5.183.785 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R$ 19.264.023,84 destinados ao capital social e R$ 7.735.976,16 destinados à conta de reserva de capital, passando o capital social da Companhia de R$ 15.509.980,00, para R$ 34.774.003,84, dividido em 20.693.765 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações ordinárias emitidas foram totalmente subscritas na forma do Boletim de Subscrição de Ações constante do Anexo I a este instrumento, sendo totalmente integralizadas pelo **Insuresilience Investment Fund Private Equity II SCA SICAV-RAIF**, fundo de investimento, constituído e existente de acordo com as leis de Luxemburgo (número de registro: B266900), com sede na Rue d'Alsace nº 2, L-1122 Luxemburgo, Grão-Ducado de Luxemburgo, inscrito no CNPJ/MF 48.823.580/0001-43 ("Fundo"), administrado pela gestora de investimentos BlueOrchard Invest S.a.r.l., sociedade constituída e existente de acordo com as leis de Luxemburgo, com sede na 1 rue Goethe, L-1637, Luxemburgo, por meio da capitalização de créditos detidos pelo Fundo contra a Companhia, correspondentes ao preço devido pela Companhia ao Fundo em razão da compra de ações de emissão da NEWE Seguros S.A. (CNPJ/MF 26.609.195/0001-65) de titularidade do Fundo. 4.2. Os atuais acionistas da Companhia renunciam, neste ato, de maneira irrevogável e irretratável, aos seus respectivos direitos de preferência à subscrição das novas ações de modo a permitir a subscrição de ações prevista no Boletim de Subscrição que integra o Anexo I a este instrumento. 4.3. Em razão das deliberações tomadas acima, o Artigo 5º passará a vigorar com a seguinte redação: "*O capital social da Companhia é de R$ 34.774.003,84, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 20.693.765 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.*" 4.4. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, §1º da Lei 6.404/76 e autorizar a administração da Companhia a tomar todas e quaisquer providências necessárias para a implementação das deliberações ora aprovadas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi lida e assinada por todos os acionistas presentes. A presente Assembleia Geral Extraordinária foi realizada a distância com a coleta das assinaturas por meio da plataforma *Docusign*. Os membros da Mesa e os acionistas presentes reconhecem e concordam com a assinatura através da referida plataforma, atestando sua veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia. As partes também concordam que a assinatura eletrônica desta Assembleia Geral Extraordinária não obsta ou prejudica sua exequibilidade. Esta Assembleia Geral Extraordinária produz efeitos para todas as partes a partir da data abaixo indicada, ainda que uma ou mais partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior. RJ, 29/06/2023. Mesa: **Carlos Alberto Caputo e Daniel Barreto Gelbecke.** Acionistas: **Insuresilience Investment Fund Private Equity II SCA SICAV-RAIF - Por:** BlueOrchard Invest S.a.r.l. - Por: Ernesto Miguel Costa Platero - Representante autorizado; Por: Felix Stefan Hermes - Representante autorizado; **Carlos Alberto Caputo; Rodrigo Motroni de Almeida; Norberto Raul Caputo; Karla Leite Fonseca. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** - NIRE: 333.0034652-0, Protocolo: 00-2023/516118-7, Data do protocolo: 04/07/2023. Certifico o arquivamento em 06/07/2023 sob o número 00005565186. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

ONU

Guerra da Ucrânia, Covid e inflação levaram 165 milhões à pobreza

O acúmulo de crises globais desde 2020 — uma lista que inclui a pandemia de Covid-19, a Guerra da Ucrânia e subsequente alta da inflação— levou mais 165 milhões de pessoas à pobreza, todas elas habitantes de países de renda baixa a média. A informação é de um relatório do Pnud (Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento) divulgado nesta sexta-feira.

Os dados da agência indicam que mais de um quinto da população mundial —ou cerca de 1,65 bilhões de pessoas— hoje vive com menos de US$ 3,65 por dia (R$ 17,50, na cotação atual). Destas, 75 milhões vivem em situação de extrema pobreza, isto é, com menos US$ 2,15 por dia (R$ 10,30).

Outro relatório indicou que 25 países de baixa renda gastaram mais do que 20% de suas receitas para sanar dívidas externas no ano passado, uma porcentagem que pode aumentar caso as taxas de juros globais continuem a subir. Quase 30% da dívida pública global, ou cerca de US$ 92 trilhões (R$ 443 trilhões), pertence a países em desenvolvimento.

Para o chefe do Pnud, Achim Steiner —que caracterizou o aumento da pobreza global como "alarmante"—, o peso das dívidas externas sobre a economia dessas nações se tornou "insustentável". "O que isso significa é que um governo não consegue mais manter seus professores, contratar médicos e enfermeiros nos hospitais, oferecer remédios para centros de saúde na periferia", afirmou ele em encontro com a imprensa.

Steiner sugeriu uma "pausa" para que esses países possam usar o dinheiro a princípio destinado a pagar suas dívidas externas para gastos sociais. A iniciativa seria semelhante à Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, na sigla em inglês), criada pelo G20 para auxiliar países mais pobres durante a Covid-19 e, de acordo com a ONU, não está fora do alcance do sistema multilateral.

Eliminar a pobreza até 2030 é uma das metas globais estabelecidas pela ONU. De acordo com os cálculos do Pnud, retirar as 165 milhões de pessoas levadas à pobreza nos últimos anos custaria US$ 14 bilhões (R$ 67 bilhões) por ano, o equivalente a 0,009% do PIB mundial em 2022. Ao considerar também a perda de renda daqueles que já viviam abaixo da linha da pobreza antes de 2020, esse custo seria de US$ 107 bilhões (R$ 514 bilhões), ou 0,065% do PIB.

Na semana passada, o secretário-geral da entidade, o português António Guterres, pediu mudanças urgentes no sistema financeiro global de modo a permitir uma distribuição de recursos mais igualitária. Ele disse que o modelo atual é "obsoleto", e "reflete as dinâmicas coloniais da época em que foi criado".

CONSULADOS

Brasileiros vivem saga para agendar serviços na Itália

Quem busca obter a cidadania italiana ou emitir o passaporte europeu tem encarado uma saga de meses para agendar serviços em consulados do país no Brasil, já que as representações diplomáticas não estão dando conta da alta demanda formada após um represamento de pedidos durante a pandemia.

O alvo mais frequente das reclamações é o consulado em São Paulo, mas também há relatos de problemas em Curitiba e em Belo Horizonte. Na capital paulista, a representação projeta emissão recorde de passaportes até o fim do ano diante de uma fila de 200 mil pessoas para obter a cidadania italiana.

Desde janeiro, as solicitações de serviços na maior parte das representações no Brasil são feitas pela plataforma Prenot@mi, que substituiu um sistema via WhatsApp utilizado na pandemia. São frequentes, porém, os avisos de indisponibilidade de vagas que impedem a finalização do agendamento.

A corretora de imóveis Inês Negri, 73, tem dupla cidadania e tenta obter um novo passaporte italiano desde maio. Apesar da insistência quase diária, ela não consegue agendar o serviço em São Paulo e, com a validade do documento a poucos meses de expirar, cancelou uma viagem que faria a Madri para visitar a filha. Como ela desejava ficar mais de três meses na Europa, o passaporte brasileiro não era uma opção.

Negri já tentou ligar várias vezes ao consulado, também sem sucesso. Agora, cogita ir pessoalmente à representação, apesar dos avisos de que todos os agendamentos são feitos apenas de forma online. "O sistema sempre informa que não tem data. Não funciona. Estamos reféns disso."

Não só brasileiros enfrentam esses problemas. O italiano Cesare Russo, 37, mora em São Paulo desde 2020 e só conseguiu agendar a emissão de um novo passaporte após seis meses de tentativas.

Russo tem o Registro Nacional de Estrangeiros, e com apenas esse documento não pode viajar a alguns destinos, como os EUA. "Meu filho acabou de nascer, quero ir para lá fazer compras, mas não consigo."

A reportagem também teve dificuldades para se comunicar com os consulados italianos. As representações em Curitiba e Belo Horizonte não responderam aos contatos, e a de São Paulo se manifestou após cinco dias.

O cônsul-geral da Itália, Domenico Fornara, admite que a demanda é muito maior que a infraestrutura do consulado de São Paulo. Além da capital paulista, a representação atende Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. "Temos cerca de 20 milhões na nossa jurisdição que podem ser descendentes de italianos. As solicitações com as quais nos confrontamos a cada dia são enormes", diz Fornara. Segundo Fornara, 326 mil pessoas estão cadastradas no sistema do consulado, número que vem crescendo de 10% a 15% a cada ano. Em contrapartida, o quadro de pessoal do consulado não aumentou nos últimos dez anos, afirma o cônsul. "Somos as mesmas pessoas e trabalhamos muito mais." Segundo o consulado em São Paulo, são emitidos em média 170 passaportes por dia.

No total, a representação em São Paulo tem 32 funcionários com contratos fixos, além de cerca de 20 trabalhadores que prestam serviços terceirizados.

CONTOURGLOBAL SOLUTIONS RIO LTDA.
CNPJ: 42.885.404/0002-30
CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA
A CONTOURGLOBAL SOLUTIONS RIO LTDA CNPJ: 42.885.404/0002-30, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC, através do processo nº 26/510.220/2017, a renovação da Licença EIS-LMO-2023/00062 com validade de 18/07/2027 para CENTRAL DE COGERACAO DE ENERGIA ELETRICA, DESTINADA A PRODUCAO DE ENERGIA ELETRICA E VAPOR PARA FABRICA DA COMPANIHA DE BEBIDAS DAS AMERICAS (AMBEV) em substituição a licença LO N° IN024393

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 42.487.983/0001-82 - NIRE nº 33.3.0001715-1 de 19/06/85
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. – em recuperação judicial, com sede na Rua Francisco Eugênio, nº 268, sala 901, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20941-120, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.487.983/0001-82, por meio de seu Presidente do Conselho de Administração, Renato de Andrade Cabral, na forma do Parágrafo Segundo do art. 25º do Estatuto Social da empresa, CONVOCA, através do presente **EDITAL**, todos os acionistas a participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 24 de julho de 2023, às 10:00h, na sede da empresa e por videoconferência, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem da seguinte Ordem do Dia: a) Autorização para venda das embarcações Astro Badejo e Astro Mero. Rio de Janeiro, 11 de julho de 2023. **RENATO DE ANDRADE CABRAL**

Geração Bioeletricidade Holding S.A.
CNPJ/MF nº 15.012.353/0001-89 – NIRE 33.300.323.350
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/07/2023
1. Data, Local e Hora: 11/07/2023, na sede da Companhia, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 401 a 404, Jacarepaguá-RJ, às 13:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Srta. Stephanie de Barros Brigido, Secretária. **4. Ordem do Dia: (i)** deliberar sobre a redução do capital social da Companhia; e **(ii)** outros assuntos de interesse social. **5. Deliberações tomadas por unanimidade: 5.1.** Aprovar a redução de capital social em **R$ 27.651.924,03** da Companhia, passando o capital social **de** R$ 410.616.133,00 **para** R$ 382.964.208,97. **5.1.1.** Consignar que do valor total de redução de capital: (i) **R$ 2.851.924,03**, serão destinados para absorção dos prejuízos, no montante supracitado, registrados no balanço da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31.12.2022, consideradas as variações ocorridas até 31/12/2022; (ii) **R$ 24.800.000,00** serão destinados ao pagamento dos acionistas, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia. **5.1.2.** Registrar que o valor da redução de capital acima aprovada será distribuído, em dinheiro, aos acionistas, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Acionistas	Qtde de ações	%	Valor (em R$)
Tangará Energia S.A.	675.555.993	99,9999999%	24.799.999,98
Santo Ivo Energética S.A.	1	0,0000001%	0,02
Total	675.555.994	100	24.800.000,00

5.1.3. Registrar que ao acionista Santo Ivo Energética S.A. manifestou sua renúncia à parcela que lhe cabe em favor da acionista Tangará Energia S.A. **5.2.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, é desnecessário o cancelamento de ações em consequência da redução de capital ora aprovada, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 5º.** O capital social da sociedade é R$ 382.964.208,97, totalmente subscrito e integralizado, representado por 675.555.994 ações."* **5.3.** Lavrar esta ata em forma de sumário. **6. Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada a presente ata. **7. Assinaturas:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Presidente da Mesa e Stephanie de Barros Brigido – Secretária. Acionista: Tangará Energia S.A. e Santo Ivo Energética S.A. Rio de Janeiro, 11/07/2023. **Stephanie de Barros Brigido** – Secretária Designada.

CIS

RJ inaugura maior centro de inteligência em saúde do País

O governo do Rio de Janeiro inaugurou, nesta sexta-feira, o Centro de Inteligência em Saúde (CIS), que vai monitorar e unificar, em um ambiente digital, informações a respeito de incidência de doenças e busca por leitos, consultas, exames e cirurgias. O CIS conta com 416 técnicos, que vão se revezar em turnos 24 horas por dia, em um prédio na capital fluminense, repleto de computadores e painéis de monitoramento com as informações consolidadas.

De acordo com o governo estadual, é o maior centro intersetorial de vigilância epidemiológica e informações em saúde do país. O investimento do estado foi de cerca de R$ 6 milhões. O conjunto de informações acompanhadas em tempo real permitirá, por exemplo, a identificação mais rápida de surtos e epidemias. O CIS também possibilitará, com as análises, diminuir os efeitos da subnotificação de doenças.

"Quando a gente trabalha com sistema de notificação, a gente sabe que há um atraso da informação, até pelo próprio processo de identificação da doença. Agora, temos uma modelagem para estimar o quanto deveria ter de casos no momento atual, baseado no passado", explicou a superintendente de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde, Luciana Velasque.

FILA DE LEITOS

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, disse que visitou lugares como a Estônia, Copenhague (Dinamarca) e Londres para buscar informações de países mais atualizados em inteligência em saúde. Castro acredita que o CIS vai melhorar o gerenciamento de filas de atendimento e o uso de recursos públicos.

"A Secretaria de Saúde pode dar mais transparência, pode ter uma fiscalização daqueles leitos que estão regulados. Será que a gente não está gastando dinheiro demais, ou será que não está liberando o paciente muito rápido? Isso a Secretaria de Saúde, hoje, tem condição de saber não mais por feeling (intuição), mas pelo dado científico", disse o governador.

A Agência Brasil solicitou ao governo do Rio de Janeiro dados sobre o tamanho da fila de espera de pacientes por leitos hospitalares. A Secretaria de Saúde respondeu, em nota, que "as filas da regulação são dinâmicas e variam de acordo com o tipo e a complexidade do procedimento (exames, cirurgias), podendo a espera variar de 30 dias a dois anos".

O CIS também terá o Painel de Rumores, que vai monitorar informações falsas que circulam na internet. De acordo com o secretário estadual de Saúde, Dr. Luizinho, é uma forma de reagir ao surgimento de fake news. "Faz com que a gente consiga dar informação de qualidade para que a imprensa possa passar uma informação de qualidade para a população. Senão fica gente em sites pregando contra a vacina, contra vacinação, e as pessoas se alimentam de informações erradas", disse. "Daqui vai sair uma alimentação correta", acrescentou.

A Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), braço da Organização Mundial da Saúde (OMS) nas Américas, vai colaborar com o CIS no compartilhamento de informação e conhecimento. "O Rio de Janeiro apontou ser um estado digital, que entende que a informação, a evidência e a inteligência podem mudar realidades de populações. Essa inauguração permite conhecer necessidades e fazer a implementação das ações corretas, de uma maneira que ninguém fique para trás", disse Socorro Gross Galiano, representante no Brasil da Opas/OMS.